

Violência contra jornalistas mulheres^{1 2}

Giovana Braga KEBIAN³

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

O aumento da violência contra jornalistas e dos ataques generalizados à imprensa no Brasil (FENAJ, 2021) chamam atenção a um cenário crítico para o exercício da profissão. No caso das jornalistas mulheres, estão sujeitas também à violência de gênero. Este trabalho consiste em uma primeira aproximação com o tema da violência contra jornalistas mulheres no Brasil e no mundo, a partir de um estudo exploratório que reuniu 12 documentos nacionais e internacionais. Conclui-se que há uma necessidade de expandir a produção acadêmica e aprimorar a coleta de dados de infrações à liberdade de expressão, a partir de uma perspectiva interseccional. Isto contribui para formular futuros mecanismos de proteção e amparo às profissionais do jornalismo e de enfrentamento à violência de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: violência contra jornalistas; violência de gênero; jornalistas mulheres; liberdade de expressão.

Introdução

O jornalismo consiste em uma das práticas fundamentais para o bom funcionamento da sociedade e também para a manutenção de um regime democrático,

¹ Trabalho apresentado no IJ08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Trabalho orientado por Ludmila Fontenele Cavalcanti, doutora em Ciências da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz e coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção à Violência Sexual da ESS/UFRJ, e-mail: ludmila.ufrj@gmail.com

³ Graduanda de Jornalismo na ECO/UFRJ. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção à Violência Sexual da ESS/UFRJ, e-mail: giovana.kebian@gmail.com.

uma vez que tem como uma de suas funções a vigilância do poder público. Por meio do jornalismo, os cidadãos exercem um dos direitos fundamentais garantidos pelo Estado Democrático de Direito: o de acesso à informação (ENGEL BRONOSKY, RIOS, 2019). Desta forma, atos que inviabilizam o exercício da profissão jornalística ou hostilizam os profissionais da imprensa se configuram como nocivos não apenas ao jornalismo, mas à toda sociedade.

Nos últimos dois anos, os relatórios sobre liberdade de expressão no Brasil elaborados pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) vêm apontando para um aumento da violência contra jornalistas e veículos de comunicação no país. Em 2019, após o primeiro ano de mandato do presidente Jair Bolsonaro, o relatório “Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil” (FENAJ, 2020) registrou 208 ocorrências de agressões a jornalistas e a veículos de imprensa. O número representou um aumento de 54,07% em relação ao ano anterior, quando foram registradas 135 ocorrências.

No ano seguinte, a organização notificou um número ainda mais preocupante. Em 2020, enquanto o resto do mundo retomou, em certa medida, a credibilidade no jornalismo profissional – frente ao protagonismo da imprensa na disseminação de informação cientificamente validada em relação à pandemia de Covid-19 – o Brasil apresentou o pior cenário para exercício da profissão desde quando a Fenaj começou a levantar dados. Foram registradas 428 notificações de violência contra profissionais da imprensa e veículos de comunicação, 105,77% a mais do que em 2019 e 217,03% a mais do que em 2018. De acordo com a organização (FENAJ, 2021), há uma relação direta entre a ascensão do presidente Jair Bolsonaro e o aumento exponencial da violência contra jornalistas e ataques à liberdade de expressão, uma vez que o governante é um dos principais impulsionadores de um movimento que descredibiliza a imprensa.

Diante deste cenário alarmante, as jornalistas mulheres estão mais suscetíveis a sofrer com agressões que não decorrem apenas dos ataques à imprensa, mas também da violência de gênero estrutural à sociedade. De acordo com Heleieth Saffioti, a violência de gênero, admitida a partir do conceito bourdieriano de violência-simbólica, se consolida por meio de relações de dominação-exploração do poder masculino que estruturam as próprias relações sociais uma vez que “nenhuma relação social se passa fora da estrutura. Todas elas obedecem às normas que estruturam a sociedade por inteiro” (SAFFIOTI, 2001, p. 136). González (1981) e Crenshaw (1984) contribuem para a adoção de uma

perspectiva interseccional, admitindo que a condição de uma mulher negra parte de múltiplas opressões entrecruzadas que incidem em seu processo de socialização. Em outras palavras, as condições de gênero, classe e raça, que estruturam relações de dominação, se interseccionam ao analisar as relações de violência e, portanto, precisam ser consideradas também ao se debruçar sobre o fenômeno da violência contra jornalistas.

Um episódio recente que ilustra de maneira clara como a violência de gênero vem atravessando as manifestações de violência contra a categoria profissional foi o que aconteceu com a repórter Patrícia Campos Mello, do jornal Folha de São Paulo. Em fevereiro de 2020, após a disseminação de uma declaração falsa a seu respeito durante a CPMI das *Fake News*, – alegando que a jornalista havia oferecido sexo em troca de informação – o linchamento virtual contra Patrícia, que já era um alvo, se multiplicou (CAMPOS MELLO, 2020). As mensagens de ódio, de caráter machista e misógino, frequentemente faziam menção à sua aparência e ao seu corpo. Outras mensagens a chamavam de “folha da puta”, referindo-se ao veículo para o qual ela trabalha. Houve inclusive a produção de um vídeo que satirizava à situação: um carro parava em frente a uma prostituta e perguntava se ela “fazia de tudo, inclusive *fake news*”. A mulher então se sentia ofendida por ter sido “confundida” com uma jornalista. Patrícia também foi vítima de *doxing* - prática na qual a vítima tem seus dados pessoais expostos – e recebeu ameaças de morte.

Longe de ser um caso isolado, as manifestações de violência a jornalistas mulheres no Brasil e no mundo se tornaram mais comuns nos últimos anos, especialmente no ambiente digital (ESPERDIÃO, KLEIM, TEIXEIRA, 2020). Apesar de haver menos notificações registradas do que as agressões sofridas por jornalistas homens – em 2020, os profissionais do sexo masculino representaram 65,35% das vítimas no Brasil (FENAJ, 2021) –, a condição de gênero influencia fortemente nos atos violentos e expõem as mulheres da categoria à uma situação de vulnerabilidade distinta dos jornalistas homens.

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo exploratório sobre o tema da violência contra jornalistas mulheres tanto no Brasil quanto no cenário mundial, buscando compreender a natureza do fenômeno a partir de uma perspectiva interseccional. Pretendeu-se identificar as motivações e formas de manifestações da violência contra jornalistas mulheres, seus desdobramentos às profissionais e à sociedade e os desafios no enfrentamento deste fenômeno. Este trabalho consistiu em uma primeira aproximação com o tema, com o intuito de que possa ser aprofundado em pesquisas posteriores.

Metodologia

Foi adotado o estudo exploratório como método de investigação. De acordo com Gil (2017), as pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico, iniciado pela leitura prévia do livro “A Máquina do Ódio: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital” (CAMPOS MELLO, 2020). O livro recém-publicado, de autoria da própria Patrícia Campos Mello, traz um relato pessoal sobre os ataques recebidos em suas redes sociais e intensificados desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro.

A partir das referências bibliográficas da obra, chegou-se a um relatório internacional que, por sua vez, levou ao descobrimento de um novo artigo e assim sucessivamente. Ao final do levantamento, foram selecionados 12 documentos: seis relatórios de pesquisa (ABRAJI, GN, 2017; CIDH, 2018; CIMAC, 2012; FENAJ, 2020; IWFMF, INSI, 2014; IWFMF, TROLL BUSTERS, 2018), sendo quatro internacionais e dois nacionais; quatro artigos acadêmicos (ENGEL BRONOSKY, RIOS, 2018; FRUTOS, 2016; REGO, 2018; VEGA MONTIEL, 2019), sendo apenas um nacional; um capítulo de livro internacional (SREBERNY, 2014) e o livro de Campos Mello (2020), de onde partiu o levantamento.

Em seguida, foi realizada uma caracterização em relação ao material selecionado, que considerou: os tipos de violência, qual foi a metodologia de pesquisa utilizada, quais as principais causas apontadas, quem eram as vítimas e os autores da violência, quais as intervenções e respostas que têm sido implantadas e se trabalha o tema da violência contra jornalistas mediante uma perspectiva interseccional (gênero, raça e classe).

Manifestações de violência contra jornalistas mulheres

Os tipos de violência contra jornalistas mulheres são, em sua maioria, os mesmos tipos de violência que atingem todas as mulheres, independentemente da profissão. Historicamente, as diferentes manifestações da violência contra a mulher foram categorizadas a partir de marcos internacionais, como a Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher, adotada em 1979 pela Assembleia Geral da ONU, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra as Mulheres, publicada em 1994 pela OEA. São elas: a violência física,

a violência psicológica, a violência sexual, a violência econômica, a violência patrimonial e o feminicídio (VEGA MONTIEL, 2019).

No Brasil, os tipos de violência mais comuns enfrentados pelas jornalistas mulheres são a violência psicológica e a violência sexual, de acordo com a pesquisa Mulheres no Jornalismo Brasileiro (ABRAJI, GN, 2017). Segundo este relatório, 83,6% das jornalistas relataram já ter sofrido ao menos uma situação de violência psicológica, como abuso de poder ou autoridade, intimidação verbal, escrita ou física e insultos verbais. No que diz respeito à violência sexual, 70,4% admitiram já terem ouvido cantadas que as deixaram desconfortáveis no exercício da profissão. Além disso, 10,7% das respondentes admitiram já terem recebido no ambiente de trabalho propostas ou demandas por favores sexuais em troca de algum benefício profissional ou material. Assim como em outras áreas de atuação, a desigualdade econômica se faz presente no jornalismo quando comparamos condições de trabalho entre homens e mulheres. No que diz respeito à diferença de rendimento, no Brasil, a média salarial dos homens é 20,5% maior que a de mulheres (IBGE, 2020), mas existem ainda desigualdades ligadas à ascensão na carreira profissional. Segundo a pesquisa Mulheres no Jornalismo Brasileiro (ABRAJI, GN, 2017), 65% das respondentes afirmaram haver mais homens em cargos de poder. No tocante à cor ou raça, o quadro é dramaticamente desigual. Um total de 94,5% das respondentes disse haver mais pessoas brancas do que negras em seus veículos. Nos cargos de liderança, esse percentual foi de 95,6%.

Outro tipo de violência contra mulher é a patrimonial, que neste caso atinge às jornalistas especialmente quando há danificação ou roubo de equipamentos profissionais – como câmeras ou microfones – a fim de interromper seu trabalho.

Apesar de não tão recorrente no Brasil, o assassinato de mulheres jornalistas em razão da profissão consiste em uma realidade alarmante em alguns países, como no México. Entre 2010 e 2016, 10 jornalistas mulheres foram assassinadas no país, de acordo com o Observatório da Liberdade de Imprensa na América Latina (FRUTOS, 2016). Em 2017, o México foi considerado, junto à Síria, o país mais perigoso do mundo para exercício profissional do jornalismo, situação que se agrava no caso das mulheres jornalistas (VEGA MONTIEL, 2019).

Além dos tipos de violência categorizados de acordo com os marcos internacionais, somam-se a censura, os atos de descredibilização da imprensa e a violência digital. As duas primeiras, características do exercício da profissão jornalística, atingem

mais os veículos de imprensa do que um ou uma profissional e, portanto, não serão aprofundados neste trabalho.

Já no que concerne ao ambiente digital, acredita-se que este impulsionou a propagação de discursos de ódio oriundos de preconceitos ancestrais de uma sociedade misógina e patriarcal, atingindo especialmente pessoas que tem maior visibilidade nesses espaços e que influenciam na formação da opinião pública, como é o caso do jornalismo (CAMPOS MELLO, 2020). No relatório produzido pela International Women’s Media Foundation (IWMF) em parceria com a Troll Busters (IWMF, TROLL BUSTERS, 2018), dois terços das jornalistas respondentes disseram já ter sido ameaçadas ou assediadas *online*, um número um pouco maior do que as que responderam haver sofrido algum tipo de violência fora do ambiente digital.

As demonstrações deste tipo de violência podem aparecer mediante mensagens de ódio, ameaças, exposição de dados pessoais (*doxing*) e ataques hackers. Segundo Rego (2018), as agressões misóginas direcionadas a jornalistas nas redes sociais, em especial no Twitter, estão ligadas a uma falsa premissa de liberdade de expressão e a um ambiente de desinformação, uma vez que boa parte das manifestações de violência são oriundas de perfis falsos.

Causas da violência contra jornalistas mulheres

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos define a violência contra jornalistas mulheres como um fenômeno multidimensional que inclui uma diversidade de fatores que se traduzem em violações dos direitos fundamentais das mulheres ao longo de suas vidas (CIDH, 2016). Há também um conjunto de fatores responsáveis pelo contexto violento alarmante que coloca mulheres jornalistas em um risco diferenciado daquele vivido por colegas homens da mesma profissão.

O principal deles, ou o ponto comum onde os demais fatores se entrecruzam, é a violência de gênero. Segundo a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (BRASIL, 1996),

“deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano, sofrimento físico ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”.

É justamente devido à violência de gênero que os discursos que moldam os ataques colocam as jornalistas em uma posição sexualizada, submissa e ilegítima para realização de tal ofício eminentemente masculino.

Em paralelo, há uma má distribuição entre homens e mulheres nos cargos e setores dos meios de comunicação. Embora o jornalismo apresente uma relativa paridade entre os sexos, se comparado a outras profissões extremamente desiguais, há ainda uma discrepância em determinadas editorias jornalísticas. Segundo a organização mexicana *Comunicación e Información de la Mujer*, geralmente, mulheres cobrem editoriais ligadas a comportamento e cultura e homens se ocupam das editorias políticas e econômicas (CIMAC, 2012). Dessa forma, a divisão do trabalho corrobora para reiterar preconceitos históricos, atrelando à ideia de que mulheres não são aptas para cobrir os fatos noticiosos mais relevantes e investigações mais elaboradas, devendo ocupar-se de temas mais amenos, ligados a comportamento, saúde e cuidados. Não por acaso, boa parte dos atos de violência acontecem quando as jornalistas trabalham em editorias que, segundo o senso comum, não seriam apropriadas a mulheres.

Ademais, a Cátedra UNESCO da Universidade de Málaga aponta o aumento generalizado da violência, tanto no Brasil quanto na América Latina em geral, como um fator relevante que influencia no aumento da violência contra mulheres jornalistas (FRUTOS, 2016). Observa-se, por exemplo, que entre 2000 e 2010, enquanto o resto do mundo observou as mortes em decorrência de homicídio (um dos principais indicadores utilizados para medir o índice de violência de um país ou região) diminuírem, na América Latina houve um aumento de mais de 11% (FRUTOS, 2016).

De maneira análoga, a América Latina apresenta níveis alarmantes para o crescimento do número de assassinatos de mulheres. De acordo com o Observatório de Gênero da América Latina e Caribe (CEPAL, 2019), o número de feminicídios ocorridos em 2018 na região foi de ao menos 3.529 mulheres. Dentro desse universo, apenas o Brasil foi responsável por 55% dessas mortes. Dessa forma, uma vez que a violência de gênero é estrutural, todas as mulheres jornalistas de todos os países a experimentam, mas em especial as jornalistas daqueles países em conflito, onde evidenciam o aumento no número de vítimas e a gravidade dos ataques contra elas (VEGA MONTIEL, 2019).

Simultaneamente ao contexto de violência generalizada nos países latinoamericanos, situações políticas específicas – como ditaduras, disputas com narcotráfico e trocas de governo – podem desencadear um agravamento nos índices de

violência contra jornalistas em uma determinada região. Segundo o levantamento realizado pelo Observatório Latinoamericano de Liberdade de Imprensa da Cátedra UNESCO da Universidade de Málaga, a Argentina lidera o ranking dos países com o maior número absoluto de assassinatos e desaparecimentos de jornalistas mulheres (FRUTOS, 2016). Este fato está intimamente relacionado ao regime militar pelo qual o país atravessou, uma vez que as mortes e desaparecimentos se concentram justamente na década de 1970, durante o período da ditadura militar argentina.

Da mesma forma, a Cimac destaca dois períodos nos quais houve um grave aumento da violência contra jornalistas mulheres no México: o primeiro, durante o mandato de Vicente Fox Quezada (2002-2006) e, posteriormente, durante o sextênio de Felipe Calderón Hinoja (2006-2012), ambos do Partido Acción Nacional (PAN). A chegada de Fox ao poder deu início a uma ofensiva nacional contra o narcotráfico, o que acabou provocando fortes represálias aos jornalistas.

No contexto político brasileiro, o agravamento de tensões políticas também interfere no nível de hostilidade contra a imprensa. De acordo com a Fenaj, a ascensão do presidente Jair Bolsonaro foi a principal causa para o aumento dos atos de violência contra jornalistas no Brasil. Em 2020, o presidente da República foi responsável sozinho por 58% das ocorrências registradas (FENAJ, 2021).

Sobre as jornalistas em situação de violência

De acordo com o Informe Diagnóstico: Violencia contra las mujeres periodistas en México 2010-2011 (CIMAC, 2012), 50% das jornalistas pertenciam a um veículo impresso. Uma pesquisa mais recente (IWMF, TROLL BUSTERS, 2018) apontou que 48% trabalhavam em veículos *online*, seguidas por 21% pertencentes ao impresso. Essa mesma pesquisa mostrou que 65% das jornalistas eram repórteres ou *freelancers*. Isso se deve, provavelmente, à maior exposição das repórteres: são elas quem vão à rua, cobrem acontecimentos noticiosos e realizam entrevistas. Por isso, acabam sendo publicamente mais conhecidas e, portanto, mais suscetíveis a vivenciarem tais atos de violência. O relatório também chama atenção para a ausência de proteção legal e amparo nos casos das *freelancers*, o que também as coloca em maior vulnerabilidade.

Essas mesmas organizações apontam que a faixa etária predominante das vítimas é de 30-35 anos (CIMAC, 2012) e 30-39 anos (IWMF, TROLL BUSTERS, 2018). A Cimac chama atenção para o fato de boa parte dessas mulheres estarem em idade reprodutiva e,

sendo mães, precisam arcar com duplas ou até mesmo triplas jornadas de trabalho. Por terem filhos, essas mulheres se encontram em uma posição de maior risco, pois frequentemente recebem ameaças e exposição dos mesmos. Foi o caso da jornalista Vera Magalhães, do jornal Estado de São Paulo, que se tornou vítima de doxxing, quando vazaram dados pessoais sobre a escola onde seu filho estudava (CAMPOS MELLO, 2020).

Ademais, a organização mexicana Cimac apontou a editoria que as profissionais pertenciam e a pauta que cobriam no momento do ato de violência como indicadores que podem agravar os riscos das profissionais. Segundo o Informe Diagnóstico: Violencia contra las mujeres periodistas en México 2010-2011 (CIMAC, 2012), as jornalistas em situação de violência pertenciam em sua maioria à editoria policial e de segurança (37%), em segundo lugar, à editoria de política (31,5%), em seguida, eram jornalistas que cobriam tanto política quanto segurança (10,5%), e, por fim, meio ambiente (8%) e Direitos Humanos (8%). No que diz respeito às pautas, 45% realizavam investigações sobre corrupção de funcionários do governo, 18% cobriam movimentos sociais, 13%, narcotráfico, 10,5% abuso de poder e em igual proporção, liberdade de expressão.

Isso não significa que jornalistas que cobrem outras editoriais e pautas estejam livres de sofrerem violência, mas sim que determinados temas – em geral aqueles que colocam governos em xeque, questionam sistemas de corrupção e denunciam violações de Direitos Humanos – geram um maior questionamento sobre a opinião pública e, conseqüentemente, acabam colocando jornalistas em uma situação de maior vulnerabilidade. Afinal, nenhum crime contra jornalistas é casual ou sucede por geração espontânea, nem por vingança pessoal. Trata-se de delitos provocados a fim de silenciar vozes e evitar a publicação de investigações que interferem em disputas de poder (VEGA MONTIEL, 2019).

Por fim, uma reflexão se faz necessária ao constatar que o indicador étnico-racial nos documentos analisados foi raramente utilizado e, quando presente, ainda de maneira insuficiente. A ausência ou insuficiência de uma abordagem interseccional que atende à condição racial em levantamentos e pesquisas sobre violência contra jornalistas nos impede de identificar quais os tipos de violência mais acometem às jornalistas negras, de que maneira esses atos de violências se diferem das agressões contra jornalistas brancas e outras especificidades que podem aparecer a partir do marcador étnico-racial.

No caso do Brasil, a ausência deste indicador é ainda mais sintomática, uma vez que o país possui 56,2% da população que se declara preta ou parda (IBGE, 2020). Os relatórios da Fenaj apresentam uma categoria descrita como “injúria racial”, mas não levantam dados étnico-raciais no caso de outras manifestações da violência.

Autores da violência

No que diz respeito à autoria dos atos violentos, diversos relatórios apontaram que os agressores eram majoritariamente homens (ABRAJI, GN, 2017; CIMAC, 2012; IWMF, INSI, 2014; IWMF, TROLL BUSTERS, 2018). Isso sugere uma repetição dos padrões de violência contra a mulher na sociedade em geral, onde os autores também são em sua maioria do sexo masculino (ENGEL, 2020).

O que chamou atenção, porém, foi um outro dado. Algumas das pesquisas destacaram o papel de agentes do Estado como perpetradores dos atos de violência contra jornalistas mulheres. No caso do México, por exemplo, 60% dos agressores eram funcionários do governo (CIMAC, 2012). Já no Brasil, os políticos foram os principais autores de ataques a veículos de comunicação e jornalistas (69,23%) em 2019 (FENAJ, 2020). Dentre esses ataques, 89% vieram do presidente da república. A violência, portanto, tornou-se um mecanismo do Estado para impedir o acesso das jornalistas ao direito à informação (VEGA MONTIEL, 2019).

Também é notável que certos atos de violência, ainda que em menor quantidade, foram perpetrados por superiores hierárquicos, colegas de trabalho e fontes entrevistadas (ABRAJI, GN, 2017). Isso mostra que as jornalistas não estão em segurança total nem mesmo em seu ambiente de trabalho. Também revela que a própria categoria jornalística não está completamente consciente de atitudes machistas a serem interdidas.

Por fim, com o advento da internet e a popularização das redes sociais, uma nova modalidade de violência passou a se manifestar no ambiente digital, atingindo também as jornalistas mulheres. Neste caso, certos aspectos da dinâmica das redes sociais e do ambiente digital dificultam a caracterização dos autores de violência, em especial o anonimato (REGO, 2018).

Por trás das mensagens de ódio que hostilizam as mulheres, apresentam-se incógnitas quanto à autoria do agressor, no entanto, o fato do linchamento virtual suceder de maneira coordenada, com uma repetição de padrão das agressões, sugere a criação de perfis falsos automatizados, conhecidos como *bots* (REGO, 2018). Para que o disparo de

ataques em massa tenha êxito e os agressores consigam derrubar páginas e perfis das vítimas nas redes sociais ou moldar uma narrativa favorável a determinados grupos,

“há um ecossistema de sites, blogs, influenciadores que inundam as redes sociais com as versões que querem emplacar ou os ataques à reputação do alvo da vez. Entre os mais influentes veículos bolsonaristas estão o Terça Livre, Conexão Política, Crítica Nacional, Jornal da Cidade, Pleno News, Hipócritas (de “humor”), Renova Mídia, Movimento Brasil Conservador, República de Curitiba, Senso Incomum, além de várias contas em redes sociais, como Isentões, Bernardo Kuster, Leandro Ruschel”.

(CAMPOS MELLO, 2020, p. 112)

Por meio deste sistema coordenado e de alta capilaridade, as mensagens de ódio se multiplicam e trazem consequências desastrosas às jornalistas mulheres e ao jornalismo. Das jornalistas que foram vítimas de violência, 56% passaram a ter uma forte reação física ao lembrar da agressão (como coração acelerado, dificuldade de respirar e sudorese excessiva) e 40% passaram a evitar certas matérias devido ao medo da agressão e de ameaças (IWMF, TROLL BUSTERS, 2018).

Desafios no enfrentamento à violência contra jornalistas mulheres

Ainda que os índices de violência contra jornalistas mulheres se agravam no Brasil e no restante do mundo, alguns obstáculos vêm impedindo a elaboração de medidas efetivas por parte de governos, empresas de comunicação e outras instituições que possam contribuir para o enfrentamento a este tipo de violência.

Primeiramente, acredita-se que os dados que registram agressões e assédios contra as profissionais da imprensa estejam subnotificados, principalmente devido ao fato de que há vítimas que não tornam públicas suas denúncias. De acordo com a International Women’s Media Foundation, uma a cada três jornalistas vítimas de algum tipo de agressão não denunciou a seu supervisor ou supervisora (IWMF, TROLL BUSTERS, 2018). Dentre as razões que levam as mulheres a não denunciarem, as jornalistas apontam o temor de serem mal vistas dentro do ambiente de trabalho, de sofrerem ameaças novamente ou de serem prejudicadas dentro da profissão. Em muitos casos houve reincidência das agressões, ou seja, uma mesma jornalista foi violentada ou hostilizada mais de uma vez. Percebe-se, portanto, uma naturalização da violência de gênero em diferentes esferas da vida humana porque “como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum” (SAFFIOTI, 2001, p. 119).

Outra razão para a insuficiência de denúncias de violência contra jornalistas mulheres se deve à ausência de eficácia ou inadequação para a realização dos registros de ocorrência. A pesquisa *Mulheres no Jornalismo Brasileiro* (ABRAJI, GN, 2017) aponta uma decepção das jornalistas com a postura dos veículos de comunicação frente aos casos de violência sexual. Segundo os depoimentos realizados durante os grupos focais da pesquisa, quando porventura algum caso é apurado, normalmente isso ocorre por meio de canais informais e relações pessoais. À nível internacional, o problema se repete: no México, o índice de impunidade dos casos de violência contra mulheres jornalistas, incluindo assassinatos, chega a 99% (VEGA MONTIEL, 2019).

Por outro lado, há também uma deficiência de uma perspectiva de gênero em documentos de organizações que registram infrações à liberdade de expressão. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), por exemplo, apresenta em seus relatórios (FENAJ, 2020, 2021) quantas jornalistas mulheres e quantos jornalistas homens foram vítimas de violência. Nesta análise quantitativa, porém, não se sabe quando as jornalistas mulheres foram vítimas em decorrência de ataques machistas pelo fato de serem mulheres. Tampouco é possível descobrir qual o veículo de comunicação as jornalistas foram mais hostilizadas, em qual região do país, entre outras variáveis.

Segundo a antropóloga Rita Segato (2003), a violência de gênero transcorre em um sistema de reprodução de ações baseadas em uma estrutura de poder e subordinação representados pelo homem e pela mulher. Tendo em vista este sistema hierárquico de dominação, é necessário levar em conta a perspectiva de gênero como uma ferramenta teórica e conceitual de um processo de análise diferente, baseado em uma realidade que deve ser desconstruída visando propor relações com maior equidade de gênero (CIMAC, 2012).

Nesse sentido, torna-se necessário reconhecer o esforço de algumas organizações que vêm propondo respostas para viabilizar medidas de segurança às profissionais da informação. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em seu Relatório Especial para a Liberdade de Expressão (CIDH, 2018), traz uma série de medidas a serem implantadas por parte do Estado, pelos meios de comunicação, pelas universidades e escolas de jornalismo, pelos sindicatos e associações de jornalistas e pelas plataformas *online*, em termos de obrigações legais, medidas de prevenção, proteção e reparação.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) vem encabeçando a luta pela defesa e segurança dos jornalistas no Brasil e fornecendo suporte às e aos

profissionais vítimas de violência digital, além de ter realizado um levantamento sobre a situação das jornalistas mulheres (ESPERDIÃO, KLEIM, TEIXEIRA, 2020). Outras iniciativas, como a recém-criada Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça, também demonstram uma possível ruptura para a ausência da abordagem da questão étnico-racial ao tratar da violência contra jornalistas mulheres.

Considerações finais

A partir deste estudo exploratório, entende-se que a violência acometida contra jornalistas mulheres consiste em um fenômeno multifacetado que se traduz em diferentes manifestações que atingem a todas as mulheres independentemente da profissão – violências física, sexual, psicológica, econômica, patrimonial e o feminicídio (VEGA MONTIEL, 2019) – mas também mediante a atos de censura, descredibilização e, ainda, no ambiente digital.

Trata-se de violações ao direito à liberdade de expressão e também ao direito das mulheres à uma vida digna e livre de violência. Como o jornalismo exerce papel fundamental à sociedade, os atos contra jornalistas mulheres acabam interferindo no direito ao acesso à informação da população, fundamental para o exercício e manutenção de um regime democrático. Não casualmente, as agressões contra jornalistas se intensificaram em momentos conturbados da conjuntura política de países latinoamericanos, como troca de governos, regimes ditatoriais e conflitos com grupos paramilitares e narcotráfico (FRUTOS, 2016).

Tendo em vista o machismo e o racismo como opressões estruturais da sociedade contemporânea, as relações de dominação-exploração (SAFFIOTI, 2003) atravessam diferentes âmbitos da vida social, dentre eles, o da violência contra jornalistas. Ao fato de exercerem influência no debate público, soma-se a condição de gênero das jornalistas que as expõem em um patamar desigual de violência a de seus colegas de profissão, pois tornam-se mais vulneráveis a ataques e agressões que as desqualificam também por serem mulheres. Neste sentido, variáveis como o cargo que ocupam, o veículo para qual trabalham, a pauta e a editoria que cobrem, idade, se tem filhos e a questão étnico-racial podem influenciar diretamente em um maior ou menor grau de insegurança.

Este cenário apresenta graves consequências psicológicas para as profissionais, gerando uma sensação constante de medo, insegurança e instabilidade emocional. Elaborar estratégias de prevenção e enfrentamento à violência contra as jornalistas a partir

de uma perspectiva interseccional (GONZALEZ, 1981) significa garantir não apenas o direito ao acesso à informação e à liberdade de expressão, mas também prezar pelo direito à vida destas mulheres.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI), GÊNERO E NÚMERO (GN). **Mulheres no Jornalismo Brasileiro**. ABRAJI, GN, 2017. Disponível em: https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf Acesso: 14 jan. 2021

BRASIL. Decreto 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996. **Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994**. Brasília, 1º de agosto de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

CAMPOS MELLO, P. **A Máquina do Ódio: Notas de uma repórter sobre fakenews e violência digital**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH). **Mujeres Periodistas y Libertad de Expresión**. CIDH, 2018.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe**, 2019 Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/feminicidio-ou-femicidio> Acesso em: 25 abr. 2021.

COMUNICACIÓN E INFORMACIÓN DE LA MUJER, AC (CIMAC). **Informe Diagnóstico: Violencia contra las mujeres periodistas en México 2010-2011**. Cidade do México: CIMAC, 2012.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989. Disponível em: <<https://philpapers.org/archive/CREDTI.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ENGEL BRONOSKY, M., O. RIOS, A. **Violência contra jornalistas, ameaça à sociedade**. Revista Mosaico, Violência política: as múltiplas faces do Estado e as suas formas de agressão, v. 11, n. 17, p. 48-63, 2019.

ENGEL, C. L., **A Violência Contra a Mulher**. In Beijing +20 : avanços e desafios no Brasil contemporâneo Orgs: FONTUORA, N., REZENDE, M., QUERINO, A.C. – Brasília: Ipea, 2020.

ESPERDIÃO, M., KLEIM, L., TEIXEIRA P. **Jornalistas mulheres são as maiores vítimas de ataques no ambiente digital**. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, São Paulo, 07 dez. 2020.

Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/jornalistas-mulheres-sao-as-maiores-vitimasde-ataques-no-ambiente-digital> Acesso: 25 abr. 2021

GONZALEZ, Lélia. **Mulher negra**. Mulherio. São Paulo, ano 1, nº 3, 1981, p. 4.

FRUTOS, R. **Mujeres periodistas: violencia aumentada**. Infoamérica Revista Iberoamericana de Comunicación: n. 10, p. 69-84, 2016.

Disponível em: <https://www.infoamerica.org/icr/n10/frutos.pdf> Acesso: 14 jan. 2021.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2019**. Brasília, 2020.

_____. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2020**. Brasília, 2021.

GIL, A.C. **Como elaborar métodos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas S/A, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílios Contínua Anual**. IBGE, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408> Acesso em: 17 abr. 2021

INTERNATIONAL WOMEN'S MEDIA FOUNDATION (IWMF), INTERNATIONAL NEWS SAFETY INSTITUTE (INSI). **Violence and harassment against women in the news media: a global picture**. Londres: IWMF, INSI; 2014

INTERNATIONAL WOMEN'S MEDIA FOUNDATION (IWMF), TROLL BUSTERS. **Attacks and Harassment. The Impact on Female Journalists and Their Reporting**. Londres: IWMF, TROLL BUSTERS, 2018

REGO, R. Changing Forms and Platforms of Misogyny: Sexual Harassment of Women Journalists on Twitter. **Media Watch Journal**: v. 9, n.3, p. 472-485, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, n. 16, p 115-136, 2001.

SEGATO, R. L. **Las Estructuras Elementales de la Violencia: Contrato y Status en la Etiología de la Violencia**. Brasília: Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Série Antropologia (334), 2003. p. 1-19.

SREBERNY, A. Violence against women journalist. In: VEGA MONTIEL, A. **Media and gender: a scholarly agenda for the Global Alliance on Media and Gender**. Paris: UNESCO, 1ª ed. 2014, p. 30-33.

VEGA MONTIEL, Aimée. Violencia contra mujeres periodistas. **Revista Interdisciplina**: v. 7, n. 17, p.57-67, 2019.